



GRAZIELLE FATIMA DOS SANTOS

**GESTÃO PÚBLICA NO TURISMO: UM ENFOQUE A
PROPOSTA DA DESCENTRALIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA**

**LAVRAS - MG
2021**

GRAZIELLE FÁTIMA DOS SANTOS

**GESTÃO PÚBLICA NO TURISMO: UM ENFOQUE A PROPOSTA DA
DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do
Curso de Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof. Juciara Alcântara.

**LAVRAS - MG
2021**

GRAZIELLE FÁTIMA DOS SANTOS

**GESTÃO PÚBLICA NO TURISMO: UM ENFOQUE A PROPOSTA DA
DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em: ____/____/____.

Prof. Juciara Alcântara
Orientadora

**LAVRAS - MG
2021**

RESUMO

A administração pública para o turismo brasileiro tem trabalhado em busca de ações descentralizadas e de gestão compartilhada visando explorar os processos de regionalização, entendendo que tais processos oportunizam melhor a economia, a infraestrutura, o emprego e outras ações que trazem melhorias sociais. O Ministério do Turismo tem promovido atividades turísticas em todo o território nacional, aproveitando as belezas naturais que o país já possui. Desta forma, o Programa de Regionalização do Turismo tem proporcionado algumas mudanças por meio de políticas descentralizadas, assim, entende-se a necessidade de explorar a referida temática, buscando entender as principais políticas públicas e ações de melhorias econômicas e sociais. Trata-se de um estudo de revisão sistemática de literaturas expondo as vantagens e desvantagens do Programa de Regionalização do Turismo no Brasil. Verificou-se que há algumas políticas públicas que enfatizam as questões sociais, sustentabilidade, envolvimento do setor privado e outras que não abordam tanto tal condição.

Palavras-chave: Turismo. Descentralização administrativa. Regionalização.

ABSTRACT

The public administration for Brazilian tourism has been working in search of decentralized actions and shared management aiming to explore regionalization processes, understanding that such processes provide better opportunities for the economy, infrastructure, employment and other actions that bring social improvements. The Ministry of Tourism has promoted tourist activities throughout the national territory, taking advantage of the natural beauty that the country already has. Thus, the Tourism Regionalization Program has provided some changes through decentralized policies, thus, it is understood the need to explore this theme, seeking to understand the main public policies and actions for economic and social improvement. This is a systematic literature review study showing the advantages and disadvantages of the Tourism Regionalization Program in Brazil. It was found that there are some public policies that emphasize social issues, sustainability, private sector involvement and others that do not address this condition as much.

Keywords: Tourism. Administrative decentralization. Regionalization.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Objetivos	8
1.1.1 Objetivos gerais	8
1.1.2 Objetivos específicos	8
1.2. Justificativa	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 O turismo como atividade organizada	10
2.2 As políticas públicas no Brasil	11
2.3 Gestão Pública e o Turismo	13
2.4 Planejamento e Políticas Públicas de Turismo	15
2.5 A Política nacional do Turismo	17
2.6 A Gestão Descentralizada do Turismo	18
2.7 O Turismo e os Municípios	21
3 METODOLOGIA	24
3.1 Critérios de busca e seleção dos artigos	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1 Evolução das publicações sobre políticas públicas de turismo nos últimos 20 anos	27
4.2 Classificação das políticas públicas em centralizadas/descentralizadas	31
4.3 Identificação das vantagens da descentralização das Políticas Públicas de Turismo no Brasil	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERENCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

O turismo no Brasil é um dos setores que mais cresceu nas últimas duas décadas cerca de 47,5% devido aos investimentos realizados (R\$ 9,5 bilhões de reais) no vasto potencial ambiental e territorial que o país oferta (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Trata-se de um fenômeno social que impacta não somente a economia e o meio ambiente, mas propaga e o desenvolvimento local.

Ao analisar o potencial turístico, o governo brasileiro iniciou investimentos no setor por meio de políticas públicas para o turismo. As políticas públicas no Brasil consistem em apresentar conceitos e definições bem como as ações desenvolvidas pelos Governos em favor da sociedade, como discutir de que forma essas ações são elaboradas e com que objetivo elas são desenvolvidas e implementadas, detalhando as estratégias utilizadas para criação dessas políticas. As políticas públicas voltadas ao turismo são instrumentos que, se bem elaborados, processados e avaliados pela gestão pública, são capazes de promover o desenvolvimento social e econômico, não somente das populações, mas também dos setores da economia ao qual se destinam (CANDIOTTO; BENETTI, 2015).

Com o crescimento e a popularização do turismo, que foi verificado a partir do final do século XIX, houve a necessidade do planejamento e da gestão estratégica da atividade nas esferas pública e também privada. Importante é salientar, que o processo de planejamento do turismo, bem como o estabelecimento de políticas públicas relacionadas e adequadas à oferta e à demanda turística é de competência do setor público (BECK, 2013).

O Ministério do Turismo (MTur), criado no ano de 2003, veio com a missão de desenvolver o turismo como atividade econômica com papel relevante na geração de emprego e renda, de forma sustentável e proporcionando inclusão social (BRASIL, 2010). Sendo assim, o turismo representa uma oportunidade de aumento das receitas para o país e para a população e com isso, todos os esforços da gestão pública visando promover essa atividade visam o desenvolvimento socioeconômico para todos (SILVA, 2013). Dentre as estratégias desenvolvidas no país, algumas primam pela descentralização na administração do turismo e da utilização do planejamento participativo, buscando assim, maior inserção da sociedade no setor turístico.

O presente estudo tem como objetivo apresentar as principais políticas públicas em vigor no Brasil, bem como compreender o setor de turismo como atividade organizada, além de explorar como são realizados os planejamentos das políticas públicas para este setor e verificar se há vantagens socioeconômicas na descentralização do turismo brasileiro por meio de uma análise bibliográfica.

Em razão do cenário atual, voltado por modificações sociais em virtude da pandemia da Covid-19 que acomete todo o mundo, o setor de turismo vem sofrendo importantes perdas. A limitação imposta pelo isolamento social como medida de prevenção frente ao contágio do vírus da Covid-19 foi um fator que dentre vários foi crucial pela mudança no modo de pensar do turismo a partir de então. Inclusive, na forma de conduzir o trabalho proposto. O que antes poderia contar com um trabalho de campo valioso e com demonstrações de vivências, o mesmo conta a partir de agora com uma análise bibliográfica descritiva ao qual utilizou-se consultas em variadas fontes em busca de responder os objetivos e trazer a tona novos olhares sobre a descentralização e a regionalização das atividades turísticas no Brasil.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos gerais

Apresentar as políticas públicas de turismo em vigor no Brasil e discutir quais seriam as vantagens da descentralização administrativa do referido setor.

1.1.2 Objetivos específicos

- Buscar estudos sobre as políticas públicas para o turismo brasileiro nos últimos 20 anos;
- Analisar a descentralização das políticas públicas de turismo identificadas no período analisado;
- Identificar nas políticas públicas as vantagens da descentralização conforme literatura selecionada.

1.2. Justificativa

Desde a criação do Ministério do Turismo em 2003 verificou-se um aumento de agendamentos e novos espaços no setor de turismo no Brasil, uma vez que este se encontra organizado e em constantes buscas de melhorias por meio de políticas públicas de incentivo, considerando as promoções socioeconômicas que o mesmo promove.

O Brasil tem um extenso território com clima e ambiente tropical o que lhe dá uma grande vantagem e um relevante potencial turístico. Desta forma, verificou-se que todas as regiões brasileiras dispõem de projetos de áreas turísticas, de forma que a regionalização do turismo já é uma realidade. A descentralização, segundo Costa e Carvalho (2012) trata-se de um programa que busca estruturar e diversificar a oferta de turismo disponível e proposta nas mais variadas regiões brasileiras, considerando a grande extensão territorial.

Entende-se que o turismo até o momento era centralizado, porém, novos estudos e propostas vem sendo debatidos sobre as possíveis mudanças de forma que venham aumentar as ações socioeconômicas, melhorar a conservação do meio ambiente e desenvolver as regiões turísticas.

Sabe-se que o setor de turismo tem trazido uma considerável contribuição para a economia no país, pois tem gerado empregos e movimentação dos comércios em todas as regiões, o que desperta a necessidade de explorar as formas de atuação das políticas públicas para este setor, desta forma, procura-se entender as ações do Estado para com as regiões com pequenos municípios com potencial turístico.

Pelo fato de fazer parte do trade turístico no Brasil, atuando como agente de viagens do setor privado, o tema me desperta sobre a importância da Administração Pública para o desenvolvimento do Turismo.

O presente estudo se justifica por explorar as políticas públicas para turismo, haja vista que é um dos setores que mais cresce no Brasil, desta forma, entender o processo de descentralização e regionalização poderá oportunizar um aumento dos locais de turismo, entendendo que o Brasil é um país com dimensões continentais e com clima propício para turismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A organização dos conteúdos dos referencial visa organizar as ideias desde como se define tanto o turismo, bem como as políticas públicas que o permeiam, numa perspectiva da revisão bibliográfica existente, bem como de manuais do Governo federal disponíveis.

2.1 O turismo como atividade organizada

O turismo organizado surgiu a partir de meados do século XIX, como consequência do desenvolvimento tecnológico iniciado pela Revolução Industrial e a formação da burguesia comercial com tempo, dinheiro e disponibilidade para viajar. Cruz (2001) destaca que o turismo surgiu nesse período como uma atividade econômica organizada, utilizando-se integralmente da infraestrutura criada para os outros usos do território. A partir daí se dá o desenvolvimento e a consolidação do turismo propriamente dito.

O referido período se estende até o início do século XX, onde é chamado de turismo moderno e organizado, pois foi nesse período que houve a implantação e o desenvolvimento da atividade turística como grande negócio em decorrência das atividades econômicas e sociais, além das novas tecnologias. Disso resultaram mudanças envolvendo novos hábitos, novos tipos de viajantes, a diversificação das empresas envolvidas bem como a organização do setor (REJOWSKI, 2002).

Para Beck (2013), o turismo é a atividade que mais cresce no mundo sendo considerada uma indústria de serviços. Segundo ela, o turismo pode ser definido como uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos, tanto dentro do mesmo país como fora dos limites geográficos. É uma atividade que envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões, países ou continentes, visando à satisfação de necessidades que não sejam o exercício de uma função remunerada. Barreto (2003) mostra que essas necessidades humanas são destacadas em seu estudo sobre as Ciências Sociais e o turismo:

O grande paradoxo do turismo é que essa atividade coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de uma função precisa e determinada. Ajudar a entender os

processos psicossociais desencadeados pelo fenômeno turístico, as expectativas, desejos, satisfações e frustrações das populações anfitriãs e dos turistas, as motivações para agir de uma ou outra maneira, a busca para além da simples viagem, a dinâmica cultural em que o turismo está inserido, a diversidade de interesses e necessidades sociais que o turismo afeta, enfim, seus dilemas e paradoxos seria uma enorme contribuição das ciências sociais para o planejamento equilibrado de um turismo responsável (BARRETO, 2003, p. 26).

Sendo então o Turismo, um fenômeno social, que envolve pessoas, hábitos, ambientes e culturas diferentes, a questão política e administrativa voltada para tal deve ter uma visão também voltada para a pluralidade de fatores envolvidos. O fato também desse fenômeno envolver uma questão financeira de aspecto positivo, justifica a real importância de um plano sério de elaboração de tais políticas sendo voltadas tanto para o setor público como também nos demais setores (RAMOS; FIGUEIREDO, 2009).

A contribuição social que o Turismo promove é fundamental para o desenvolvimento local e regional, entendendo que há uma valorização da cultura e é isso que desperta o interesse das pessoas em se deslocarem para vivenciar novas experiências entre os anfitriões e os turistas. Segundo Sahlins (2003, p. 170) descreve que “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem”, ou seja, se o próprio homem lhe dá o valor devido a algo ou alguma ação que desperte o interesse de outros, tem-se a base para iniciar algo cultural e porque não promover o turismo sobre tal cultura. Assim, tem-se o fator cultural, econômico e social criando formas de promover o homem ao qual está inserido em tal meio, preferencialmente no capitalismo ao qual se deu a origem e a expansão do turismo moderno.

2.2 As políticas públicas no Brasil

Silva (2013), em seu trabalho, enfatiza que tratar de políticas públicas não consiste somente em apresentar conceitos e definições, nem ações desenvolvidas pelos Governos em benefício da sociedade, mas também em discutir como essas ações são elaboradas e com que propósito elas são desenvolvidas e implantadas, além de estudar as estratégias utilizadas para criação dessas políticas. São, portanto, ações que visam à melhoria do bem-estar social e, portanto, devem ser elaboradas levando em consideração a participação da sociedade.

A Política Pública, segundo Souza (2003), está inserida no campo de estudo da Ciência Política e diz respeito às decisões do governo com vistas ao atendimento das necessidades coletivas. Além de buscar atender às necessidades das populações, as políticas públicas surgem, também, com o objetivo de solucionar, ou amenizar os conflitos gerados em virtude das inúmeras diferenças existentes na sociedade. Para Rua (1998), o estudo das políticas públicas também pode ser considerado sob o aspecto interdisciplinar, pois, além da ciência política, abrange diversas áreas do conhecimento, tais como as ciências sociais aplicadas, a economia e a administração pública.

O Brasil tem despertado para essa realidade e tem investido na criação de políticas públicas para os mais diversos setores econômicos, inclusive para o turismo.

Uma política é composta por programas que podem lançar mão de uma única ferramenta para lidar com problemas públicos, ou podem basear-se em várias ferramentas, situação bastante comum na gestão pública contemporânea considerando a participação da sociedade por meio de representantes aos quais irão apresentar quais são as principais necessidades e demandas (CAPELLA, 2018).

Ao analisar sobre políticas públicas, entende-se participação, socialização e clareza no estabelecimento dos objetivos, metas, prioridades e diretrizes para a elaboração de programas e projetos, de modo que sejam integrados e alinhados com as demais políticas de desenvolvimento. Significa identificar, organizar e articular a cadeia produtiva do turismo para que ocorra uma atuação harmônica na busca de um posicionamento de mercado a curto, médio e longo prazo (BRASIL, 2019).

A identificação do problema público é a primeira fase do ciclo de política pública. Uma política pública nasce para fazer oposição a um problema público, seja ele objetivo ou socialmente construído (SECHI, 2016). Já o processo de formulação de políticas públicas compreende dois elementos principais: definição da agenda e definição de alternativas. Desta forma define-se os instrumentos da ação governamental resultante das políticas públicas que são as ações públicas e os programas, porém, deve-se atentar ao fato que a segunda etapa ocorre por meio dos detalhes apresentados na agenda (CAPELLA et al., 2017).

Para Zahariadis (2016) a formação da agenda compreende a identificação do problema público classificado como viáveis e complexos, de forma que requerem ações governamentais para as questões de valência ou inquestionavelmente legítimas e necessárias por meio de três elementos fundamentais sendo o primeiro o contexto da ideia para ingresso na agenda governamental considerando se o problema é urgente,

abrangente e temporal, a segunda característica refere-se à classificação de prioridades e a terceira característica refere-se à ação, ou seja, quando iniciar os debates da agenda governamental.

A terceira etapa compreende da formulação de alternativas em que o analista de políticas públicas definirá a prioridade para julgamento da proposta em que os grupos prejudicados apontam ser necessárias (SECCHI, 2016). A etapa seguinte compreende a tomada de decisão que é onde o analista de políticas públicas deverá ter em mãos todos os dados e sugestões apresentadas e criadas nas etapas anteriores de forma que agora seja eleita a melhor ideia. A quarta fase apresenta a implementação da política pública é a fase em que todo o projeto, processos e planos são colocados em práticas, seguindo todas as premissas previamente estipuladas. É nesta fase que é possível ver os obstáculos, falhas e instrumentos que realmente poderão gerar resultados eficazes em um cenário real.

A sexta fase do ciclo de políticas públicas refere-se à avaliação. Nessa etapa, caso os objetivos do programa tenham sido atendidos, o ciclo político pode ser suspenso ou chegar ao fim, senão à iniciação de um novo ciclo, isto é, a uma nova fase de percepção e definição de problemas (TREVISAN, 2008). Ocorre por meio de monitoramentos e coleta de *feedbacks* sobre cada etapa ou evento buscando aperfeiçoar as propostas e os resultados sempre considerando a economicidade, a eficiência econômica, a eficácia e a equidade.

2.3 Gestão pública e o Turismo

Gestão Pública ou Administração Pública é o conjunto de princípios, normas e funções que têm por fim ordenar a estrutura e o funcionalismo de uma organização pública. Segundo Tenório (2004), a gestão pública deve pautar as ações do Estado em função dos interesses da sociedade onde a gestão social é o processo por meio do qual a sociedade contribui à res publica, como nos Conselhos Municipais e movimentos populares, não significando a exclusão do mercado ou dos poderes constituídos. Ele é enfático em relação ao significado da administração pública:

[...] é gerenciar os propósitos de um governo e os negócios de Estado, procurando atender o todo, o coletivo, a sociedade sem discriminação. Assim, a gestão pública, independentemente da organização que a

pratique, deve estar orientada para o público e não para o privado, para o coletivo e não para os indivíduos, para benefício da comunidade e não dos compadres. (TENÓRIO, 2006, p.104)

O Turismo tem observado crescente oferta de produtos e serviço, e o crescimento dessa atividade depende em grande parte do poder público que é responsável pelo direcionamento da atividade. É o poder público que garante os interesses coletivos, onde se faz cada vez mais necessária à compreensão da gestão pública como reguladora e incentivadora de ações que irão permitir o desenvolvimento da atividade turística e como não, também visando à sustentabilidade.

O gestor público, enquanto agente do poder público, é importante ator na tomada de decisões que influenciam o desenvolvimento do turismo. Esse agente deve saber operacionalizar as variáveis que influenciam na gestão pública e no desenvolvimento do turismo, bem como fazer uma análise crítica da realidade existente no âmbito nacional, estadual ou local e por fim, ser capaz de propor soluções para a gestão e as políticas públicas do turismo.

Há, no Brasil, uma grande lacuna por parte dos gestores públicos em entender que os governos, em todos os níveis, possuem papel central no desenvolvimento sustentado do turismo. Algumas iniciativas de estabelecimento de políticas públicas locais e regionais vêm buscando contribuir para um turismo mais responsável. E existe um consenso entre especialistas de que o desenvolvimento do turismo que almeja ser sustentável em nível local necessita fortalecer seus órgãos e criar instrumentos públicos representativos dos interesses dos atores sociais do turismo (WWF, 2004).

A história das políticas públicas voltadas para o turismo vincula-se ao Estado de bem-estar social e tem na sua origem “a regulação do trabalho, a limitação do seu tempo, as férias remuneradas, a aposentadoria, a evolução dos transportes, da comunicação, além de outras conquistas da sociedade moderna”. As políticas públicas para o turismo visam principalmente estimular variadas atividades inclusive envolvendo ações executivas, supletiva ou assistencial (PEREIRA, 1999, p. 9).

De acordo com Souza (2006), diferentes modelos foram propostos com a finalidade de se entender e explicar a essência das políticas públicas. Dentre estes, destaca-se o ciclo de políticas públicas, um modelo para análise e formulação de políticas públicas, onde a política pública é vista como um processo deliberativo, formado por diferentes estágios. Nesta abordagem, o enfoque é dado na definição da

agenda política, ou seja, este modelo procura entender por que algumas questões entram para a agenda política em detrimento de outras (SOUZA, 2006).

Vieira (2011) afirma que o Estado é o responsável por estimular ações de planejamento e políticas públicas para o turismo por meio de cooperação principalmente com a iniciativa privada em busca de novos recursos e ações promotoras do desenvolvimento socioeconômico. Cabe lembrar que o Estado tem como premissa básica oferecer conteúdo básicos para que o setor privado possa demonstrar interesse na cooperação, desta forma, infraestrutura básica, urbana e acessibilidade são fatores preponderantes para o turismo e é isso que se espera das políticas públicas que promovam ações favorecendo todos os envolvidos de maneira dinâmica e sustentável.

2.4 Planejamento e Políticas Públicas de Turismo

Como toda atividade socioeconômica, as atividades pertinentes ao turismo necessitam de planejamento que direcione e gerencie o seu desenvolvimento. Sabe-se que as políticas são estabelecidas pelo setor público e devem ser condicionadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, bem como, pelas estruturas formais do governo e do sistema político (HALL, 2001). Para Beni (1998, p. 31), as políticas devem servir de mapa, mostrando os “caminhos” para que se possa chegar aos objetivos pré-estabelecidos na visão macro e de longo prazo. São vários os autores que defendem a importância de uma visão estratégica para a condução da atividade turística nos destinos.

Quanto ao estabelecimento de regras, diretrizes e objetivos, vêm ao encontro com a definição de Beni (1998), ao destacar a relevância em mostrar o caminho a ser seguido, mas em especial, se pode sublinhar, a questão da orientação que as políticas de turismo podem desempenhar. As políticas podem, ainda, contribuir para que se obtenham melhores resultados, além de atuar como estratégia para promover o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo no meio receptivo.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), órgão das Nações Unidas (ONU), recomendou às suas nações membros que o turismo em 2007 seja consolidado como agente chave na luta contra a pobreza e usado como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento sustentável (OMT, 2006). Seu secretário geral Frangialli (2006), informa que nos países mais pobres do mundo o turismo é o setor produtivo responsável

pela maior receita de exportação e o que mais recebe investimento estrangeiro direto. A taxa de crescimento do turismo nesses países é duas vezes maior que o da industrialização, não existindo outro setor que gere riqueza e empregos em economias pobres da mesma maneira que a atividade turística, pois envolve uma enorme cadeia produtiva englobando lazer e negócios produzindo bens e serviços.

Um olhar mais acurado para o turismo conduz a constatações imediatas acerca do desenvolvimento, da melhoria da qualidade de vida da população no entorno das atividades turísticas e até mesmo da região promovendo o empreendedorismo de diversas maneiras. Desse modo, o turismo é visto como parte constitutiva de um processo de desenvolvimento sustentável (SILVEIRA, 2002).

O turismo brasileiro é reconhecido como importante gerador de divisas gerando impactos diretos no local em que está sendo desenvolvido, como oportunidades de trabalho e renda para a população, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e sociais em diferentes pontos do nosso território. Esta constatação mostra a importância com os gastos do setor da indústria de viagens e turismo (WTTC, 2020).

Por outro lado, esta atividade vem se expandindo inadequadamente em diversas áreas naturais e de abrangência de preservação ambiental, trazendo diversos impactos socioambientais para o local. Considerando a importância do turismo como importante fonte de renda para muitos municípios brasileiros, mas não ignorando o fato dos impactos causados por essa atividade, é possível verificar casos de sucesso em conciliar essa atividade com a preservação do meio ambiente (CAPELLA et al., 2017).

Para alcançar um equilíbrio entre a atividade humana e a proteção do ambiente, é necessária uma repartição de responsabilidades claramente definidas com relação ao consumo e ao comportamento diante dos recursos naturais. Dessa maneira, a palavra sustentabilidade pretende refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais (SILVA et al., 2013).

Para que esse potencial se reverta em uma efetiva apropriação dessas áreas por parte da população, ao mesmo tempo em que os seus objetivos sejam alcançados, é necessário que as políticas públicas contribuam, de forma concreta, para o desenvolvimento dos três aspectos do ecoturismo: a conservação do meio ambiente, a conscientização dos visitantes e o envolvimento da comunidade local (MATHEUS, 2017).

2.5 A Política nacional do Turismo

A maior referência de intervenção do Estado no turismo é por meio Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) que após várias mudanças e decretos lei passa a partir de 1991 a ser uma autarquia trabalhando na primeira política pública brasileira de turismo que mais tarde em 1996 implantou o Programa Nacional de Turismo que “visava implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os estados e municípios de maneira integrada” desta forma era possível “buscar maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa”. A preocupação era estimular o turismo mantendo o foco na sustentabilidade e no desenvolvimento socioeconômico (SILVA et al., 2013, 06).

Sancionada em 17 de setembro de 2008, a Lei nº 11.771/2008 dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, sendo conhecida como a Lei Geral do Turismo (LGT). Estabelece o marco regulatório que faltava ao turismo e o proclama como uma atividade econômica e importante vetor no desenvolvimento do País, disciplinando a prestação dos serviços turísticos, pela obrigatoriedade do cadastramento e regulamentação do funcionamento dos mesmos. Também são estabelecidas as regras para fiscalização dos serviços turísticos, definindo infrações e penalidades, bem como programas de qualificação e capacitação da mão de obra que envolve o setor. A LGT define ainda as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor e institui o Sistema Nacional de Turismo, cujo objetivo é compatibilizar os esforços e as ações federais com as dos Estados e Municípios a serem observadas na elaboração e revisão do Plano Nacional de Turismo.

No cenário atual, O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 é o instrumento que estabelece diretriz e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo. O objetivo principal do documento é ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo.

O PNT foi elaborado de forma coletiva, com o apoio das áreas técnicas do Ministério do Turismo, EMBRATUR e agentes públicos e privados, por meio da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, constituída dentro do Conselho Nacional de Turismo. O documento espelha os anseios do setor e do cidadão que consome turismo. Neste contexto, o conjunto de medidas propostas contribui para

consolidar o turismo como um eixo estratégico efetivo de desenvolvimento econômico do país.

A seguir, a relação dos Macroprogramas e programas que compõem o Plano Nacional de Turismo conforme se observa:

- MACROPROGRAMA 1: Planejamento e gestão – Programa de Implementação e Descentralização da Política Nacional de Turismo – Programa de Avaliação e Monitoramento do Plano Nacional de Turismo – Programa de Relações Internacionais
- MACROPROGRAMA 2: Informação e estudos turísticos – Programa Sistema de Informações do Turismo – Programa de Competitividade do Turismo Brasileiro
- MACROPROGRAMA 3: Logística de transportes – Programa de Ampliação da Malha Aérea Internacional – Programa de Integração da América do Sul – Programa de Integração Modal nas Regiões Turísticas
- MACROPROGRAMA 4: Regionalização do turismo – Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização – Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos – Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo
- MACROPROGRAMA 5: Fomento à iniciativa privada – Programa de Atração de Investimentos – Programa de Financiamento para o Turismo
- MACROPROGRAMA 6: Infraestrutura pública – Programa de Articulação Interministerial para Infraestrutura de Apoio ao Turismo – Programa de Apoio à Infraestrutura Turística Coletânea Gestão Pública Municipal 22 Confederação Nacional de Municípios – CNM
- MACROPROGRAMA 7: Qualificação dos equipamentos e serviços turísticos – Programa de Normatização do Turismo – Programa de Certificação do Turismo – Programa de Qualificação Profissional
- MACROPROGRAMA 8: Promoção e apoio à comercialização – Programa de Promoção Nacional do Turismo Brasileiro – Programa de Apoio à Comercialização Nacional – Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro – Programa de Apoio à Comercialização Internacional (BRASIL, 2018, p. 01).

Essas ações visam trabalhar de maneira descentralizada, valorizando as regiões, microrregiões e criar novos potenciais turísticos no país, como forma de estilar a economia e as ações socioculturais da região em que serão implementadas tais políticas públicas de turismo.

2.6 A Gestão Descentralizada do Turismo

A descentralização está relacionada com a distribuição do poder e de território tendo como objetivo gerar mais eficácia, mais justiça social e democracia. É definida por Jacobi (2000, p.35) como “uma transferência ou delegação de autoridade legal e

política aos poderes locais para planejar, tomar decisões e gerir funções públicas do governo central”. Esse autor ainda preconiza que a descentralização possibilita o controle social do poder público pela sociedade organizada, aprimora as relações intergovernamentais e propicia melhor capacitação aos governos subnacionais no desempenho de suas funções. É de se supor que descentralizando a estrutura administrativa, as aspirações e demandas por projetos locais ganhem força aumentando o controle pelos próprios beneficiários e recuperando-se assim a racionalidade da decisão local.

Dentro dessa perspectiva a descentralização promoveu: transformações socioeconômicas; a integração social de grupos excluídos; ampliou direitos; concedeu autonomia e valorizou os poderes locais; a participação cotidiana dos cidadãos na gestão pública; a redistribuição e o uso mais eficiente de recursos públicos e; incorporaram na lógica da gestão os setores excluídos.

Franco (2004) fornece um conjunto de recomendações para equilibrar o processo de descentralização, uma vez que é um processo que requer não somente técnica, mas todo um processo de parcerias conforme se observa:

- A descentralização é um processo de transferências sucessivas pela qual a capacidade de decisão e de recursos desce gradativamente os escalões governamentais e chegam até a base onde se descentralizam nos cidadãos;
- O governo central não pode transferir suas responsabilidades sociais, ou seja, o desenho institucional, financiamento, implantação, controle e avaliação dos programas sociais, cabendo então, uma descentralização operativa neste caso;
- A distribuição de recursos do governo central deverá ser equitativa tratando de compensar as desigualdades territoriais e o Estado não pode abandonar suas responsabilidades financeiras para cumprir sua obrigação social;
- Para cumprir seu papel de universalizar as práticas sociais, a autoridade central deve ter em conta as especificidades de cada grupo social e gerar intervenções que se adequem a cada situação;
- Os processos de descentralização podem acontecer de maneiras diferentes, dependendo do grau de articulação e maturidade dos atores sociais locais, onde, quanto maior for este grau, maior será a capacidade de sustentação da demanda descentralizadora;
- Deve-se definir se a descentralização acontecerá a todas as entidades subnacionais ou se efetuará somente quando essas unidades cumpram determinadas condições que mostrem que elas têm capacidade de absorvê-las;
- O êxito dos programas sociais depende da existência de mecanismos de controle a avaliação, por parte do Estado, dos projetos que estão em andamento (FRANCO, 2004, p. 45).

A Gestão Descentralização do Turismo no Brasil foi elaborada a partir da proposta do Ministério do Turismo, através do programa “PRODETUR+Turismo”, que tem como descrição “efetivar a gestão descentralizada do turismo, de forma a articular e responder às demandas do setor, fortalecer a participação social, integrando as políticas públicas” conforme aponta as análises realizadas pelo próprio órgão (BRASIL, 2021). O programa tem como as principais ações:

- Elaborar estudos estratégicos para o fortalecimento da política de turismo;
- Apoiar a organização dos municípios, estados e regiões turísticas;
- Apoiar a sensibilização e mobilização das comunidades e agentes turísticos;
- Fortalecer as instâncias de governança de suporte à gestão descentralizada do turismo estadual, municipal, regional e macrorregional;
- Articular e fortalecer os arranjos institucionais e setoriais;
- Apoiar ações de fortalecimento dos entes que integram o Sistema Nacional de Turismo por meio da realização de seminários e oficinas de trabalho;
- Apoiar a produção de material técnico, didático, institucional e a realização de estudos para subsidiar a implementação de ações de fortalecimento do turismo;
- Observar as boas práticas, experiências e disseminação de conhecimento; e
- Apoiar o fortalecimento de estruturas de governança mistas ou de parcerias público-privadas (BRASIL, 2021, p. 01).

Partindo que o objetivo do programa PRODETUR+Turismo é apoiar Estados, Distrito Federal, Municípios e o setor privado do turismo e envolver os mesmos no acesso a recursos provenientes de financiamentos nacionais e internacionais para viabilizar a execução de projetos na área como uma das medidas para o desenvolvimento, gestão e estruturação dos destinos turísticos, assim como para a geração de mais empregos, renda e inclusão social.

Sendo assim, para alcançar seus objetivos, o PRODETUR+Turismo propõe a organização embasada nos eixos de atuação da Regionalização do Turismo. A regionalização do turismo são ações que visam aumentar o potencial turístico do local envolvendo a comunidade e as políticas públicas de maneira descentralizada. A Gestão Descentralizada do Turismo é um dos eixos de atuação desse programa, o qual justifica o objetivo desse trabalho.

Os programas de descentralização da gestão, principalmente no setor de turismo não tiveram êxito devido a falta de capacidade gerencial e técnica, e segundo Filgueiras

e Andrade (2011, p. 123) deve-se atentar para o fato que há uma fragilidade nas estruturas “institucionais de base local em quase todos os países latino-americanos, que nem sempre contam com adequados recursos humanos, infraestrutura e recursos financeiros (...) para promover os objetivos das políticas sociais”, sendo assim, é preciso primeiro organizar a forma de gerir, para então se obter resultados satisfatórios e eficientes.

Segundo Beck (2013), o modelo da gestão descentralizada e compartilhada do Turismo no Brasil, iniciada em 2003, vem construindo um sistema colaborativo e participativo para a gestão, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor.

2.7 O Turismo e os Municípios

A ação municipal deve ser compreendida no âmbito do programa de regionalização, pois é no Município que se inicia o processo de desenvolvimento do turismo. O Programa de Regionalização do Turismo é um dos principais elementos da execução da política do turismo e referência para todas as ações do Ministério do Turismo. O programa propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País, sendo o referencial da base territorial explicitado no Macroprograma 4 do Plano Nacional de Turismo. Por meio do PRT, já foram mapeadas regiões turísticas no Brasil envolvendo cerca de 3.819 Municípios (BRASIL, 2018).

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios do Brasil, em seu documento publicado em 2012, quando se fala de gestão municipal em turismo, passa-se a um ambiente complexo, na medida em que a oferta turística é formada pelos atrativos (locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los), os prestadores de serviços turísticos como hotéis, restaurantes, parques, agências de turismo (que são entes privados) e a comunidade, que possui um papel importantíssimo neste sistema. Sendo assim, faz-se necessário criar uma harmonia entre todos os atores para que se possa gerir o turismo municipal (BRASIL, 2016).

O papel do gestor municipal de turismo neste sistema é o de ser o grande fomentador do desenvolvimento turístico, articulando com os atores do setor privado, a comunidade, os conselhos estadual e municipal de turismo e as demais esferas públicas

envolvidas como a secretaria estadual e o Ministério do Turismo. Além disso, necessita articular com as demais secretarias ou departamentos do seu próprio Município, pois é dever do poder público cuidar da infraestrutura da cidade, envolvendo, por exemplo: Saneamento, Transporte Público, acessibilidade, Segurança etc. Quanto ao perfil desejável do gestor municipal de turismo, sugere-se que tenha visão sistêmica, conhecimento técnico, capacidade de compartilhar conhecimento, orientação para resultados, habilidade na gestão de pessoas e liderança de equipes e capacidade inovadora (CAPELLA, 2018).

A estrutura municipal do turismo pode estar organizada na forma de uma secretaria municipal, ou um departamento situado em um organismo de promoção do desenvolvimento, ou uma agência ou empresa municipal de turismo, ou ainda, uma assessoria vinculada, preferencialmente, ao gabinete do prefeito. No que se refere ao sistema de organização para o Turismo, o modelo mais comum e eficaz tem o seguinte formato:

I - Conselho Municipal de Turismo: órgão da administração municipal de caráter consultivo e deliberativo que conjuga esforços entre o poder público e a sociedade civil, para assessorar o Município em questões referentes ao desenvolvimento do Turismo. É por meio do conselho municipal de Turismo que a comunidade, representada por seus diversos segmentos, participa da elaboração do plano de desenvolvimento sustentável do Turismo. O conselho municipal de turismo tem ainda as funções de intermediar interesses do produtor e consumidor; facilitar a obtenção de recursos; captar recursos e investimentos; promover campanhas etc.

II - Fundo Municipal de Turismo – Fumtur: conta bancária pública, o Fumtur é criado por lei municipal para subsidiar as ações do conselho, com o objetivo de concentrar recursos de várias procedências públicas e privadas, a fim de promover a consolidação da atividade turística do Município; administrado pelo conselho municipal com suporte contábil da prefeitura municipal, e apoio econômico das instituições financeiras oficiais. Cabe lembrar que a lei orçamentária municipal pode destinar recursos ao Fumtur, assim como estes podem ser captados desenvolvendo-se projetos para órgãos públicos federais e de emendas parlamentares destinadas por deputados federais e senadores, além de recursos provenientes de leis locais de incentivo;

III – Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo: documento que reúne as diretrizes, estratégias e ações para o Município desenvolver o Turismo de maneira organizada e planejada (BRASIL, 2018, p. 01).

Torna-se relevante ressaltar as ações e políticas públicas trabalhadas no turismo municipal dentro do plano diretor, desta forma, o município saberá o que investir e trabalhar durante os próximos anos. Com tal ferramenta é possível iniciar os processos

de preparação da população para investir na apresentação da cultura e ações turísticas locais (BRASIL, 2018).

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo teórico, de caráter qualitativo, onde teve como objetivo apresentar as políticas públicas de turismo em vigor no Brasil e discutir quais seriam as vantagens da descentralização administrativa do referido setor. Neves (1996, p. 116) diz que “a pesquisa qualitativa é aquela que não se pode mensurar, uma vez que a realidade e o sujeito são elementos dissociáveis”.

Busca compreender a necessidade de entender sobre a gestão descentralizada do turismo, uma vez que se tem visto diversas notícias e publicações relacionadas ao aumento desse setor no Brasil.

A pesquisa bibliográfica se tornou a principal e única forma de pesquisa em função das limitações impostas pela pandemia do Covid-19. Seria de grande valia enriquecer o trabalho com um estudo de campo e demonstrações reais das políticas públicas e da regionalização do turismo visto que temos essa riqueza tão próxima.

3.1 Critérios de busca e seleção dos artigos

A pesquisa foi realizada buscando informações e materiais nos bancos de dados: Scielo e Google Academic, bem como em diversos livros, sendo realizado o processo de análise e seleção entre os meses de abril a julho de 2021. Utilizou-se como descritores de pesquisa as palavras-chave “Gestão do Turismo no Brasil”, “Gestão descentralizada do turismo” e “Gestão Pública no Turismo”, sendo inicialmente encontrada 47 artigos, porém, selecionou-se após leitura dos resumos e conclusões 24 artigos aos quais respondiam todos os objetivos propostos na pesquisa.

Ao fazer mais uma análise sobre o conteúdo voltado para descentralização e regionalização do turismo no Brasil verificou-se que 13 artigos e publicações atendiam especificamente a temática e que contribuiu para responder os objetivos propostos. Os outros 11 artigos e publicações que aparecem na referida pesquisa complementam a ideia sobre políticas públicas, fazendo entender a importância desta para o processo de descentralização e regionalização, haja vista que estes são resultados de políticas pública para o turismo.

De acordo com Gil (2004) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Desta

forma buscou-se como materiais os que apresentam estudos sobre a gestão descentralizada do turismo no Brasil, bem como seus desafios e mitos.

No Quadro 1 é apresentado os artigos e publicações que mais atenderam os quesitos de busca, sendo elencados para a análise do conteúdo e discussão sobre a descentralização e regionalização do turismo no Brasil.

Quadro 1 – Artigos e Publicações selecionados sobre a regionalização e descentralização do turismo no Brasil

Artigo	Autores	Ano de Publicação	Revista/Periódico publicado
1 - Políticas sociais e ampliação da cidadania	P R Jacob	2000	Editora FGV
2 - Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos	C M Hall	2001	Editora Contexto
Turismo no percurso do tempo	M Rejowski	2002	Editora Aleph
3 - Turismo no Brasil: análise e tendências	D V M Ruschmann	2002	Editora Manole
4 - Descentralización, participación y competencia en la gestión social In Descentralización y políticas sociales en América Latina	R Franco	2004	Revista Bellaterra
5 - Gestão social e Turismo: Ensaio sobre a gestão pública do Turismo Brasileiro	C T F de Oliveira e D M Zouain	2007	Revista eletrônica Seget Turismo e Gestão Social.
6 - Gestão Pública em Turismo: a necessidade de uma visão estratégica para o planejamento e a condução da atividade turística de forma	R K de Oliveira Garcia e M S G Ashton	2009	Anptur Revista Eletrônica

sustentável			
7 - Cultura e turismo: um estudo sobre as trocas interculturais na prática turística.	K V Ramos e A M L Figueiredo	2009	Revista da Faculdade de Comunicação UFBA
8 - O turismo como gerador de desenvolvimento	Brasil	2012	CNM Brasília.
9 - Gestão descentralizada do turismo no Brasil: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento nacional	S R Costa e C M B Carvalho	2012	Revista de Gestão e Tecnologia para a Sustentabilidade
10 - A importância da gestão pública para o desenvolvimento do turismo religioso nos municípios de Ibiaçá, Santo Expedito do Sul, Tupanci do Sul e Paim Filho na rota das Araucárias	S M Beck	2013	AMUNOR
11 - Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país	F S Silva	2013	
12 - Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá	F S Matheus e S Raimundo	2017	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo
13 - Programa de Regionalização do	Brasil	2019	Editora Brasília.

Turismo			
---------	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

As publicações dispostas para a análise atenderam não somente os descritores, mas também a questão do tempo de publicação não sendo inferior a 2000 que foi o ano que iniciaram as políticas públicas para o turismo no Brasil.

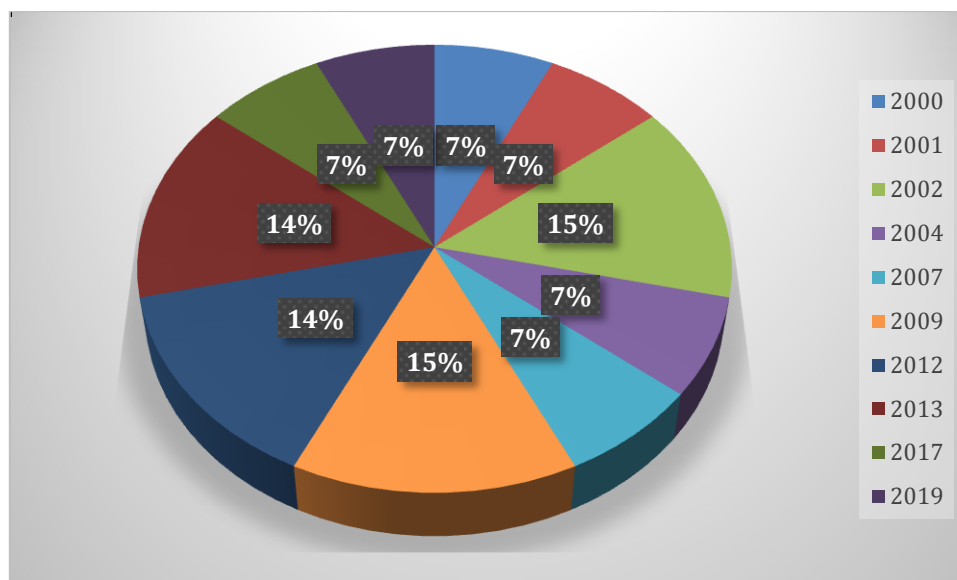
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos 10 anos foram publicados somente 06 artigos referentes a regionalização, descentralização e políticas públicas para turismo no Brasil, 07 artigos são de datas entre 2000 e 2009 ao qual se vê o despertar para analisar o setor de turismo no Brasil, a publicação mais recente data 2019 que esclarece sobre o programa de regionalização do turismo.

4.1 Evolução das publicações sobre políticas públicas de turismo nos últimos 20 anos

As publicações sobre as políticas públicas de turismo no Brasil apareceram em 07 artigos, conforme se observa no Gráfico 1, aos quais debatem sobre a importância de aplicar as ferramentas de gestão em todas as ações vinculadas ao turismo, dando destaque ao ecoturismo que tem sido bem explorado nos últimos anos, promovendo melhorias sociais nos locais como infraestrutura de acesso (rodovias asfaltadas) aos quais tem sido trabalhado conforme descreve Jacob (2000) com estudos sobre as “Políticas sociais e ampliação da cidadania”, Hall (2001) com “Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos” ao qual apresenta o aumento do emprego em municípios de pequeno porte e Oliveira e Zouain (2007) com o artigo sobre “Gestão social e turismo: ensaio sobre a gestão pública do turismo brasileiro” que também apresenta o turismo aumentando as ofertas de emprego.

Gráfico 1 – Evolução das políticas públicas de turismo no Brasil nos últimos 20 anos



Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

Nestes trabalhos é possível observar a contribuição social direta que o turismo oferta, primeiramente pela expansão do comércio, dos processos de turismo (passeios, guias entre outros), oportunidade de estudos sobre a riqueza local e sobre o turismo.

O empreendedorismo ganha destaque mediante as oportunidades de turismo regional, ecoturismo, turismo religioso entre outros.

Nos trabalhos e pesquisas de Beck (2013) com o artigo sobre “ A importância da gestão pública para o desenvolvimento do turismo religioso nos municípios de Ibiaçá, Santo Expedito do Sul, Tapanci do Sul e Paim Filho na rota das Araucárias”, Silva (2013) com “Políticas públicas de turismo no Brasil: estratégias para a administração da atividade no país” e Matheus e Raimundo (2017) com o estudo sobre “Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá” é possível observar que a ênfase está na gestão pública e nas políticas públicas trabalhadas em locais específicos, ou seja, tem regiões já formadas e que já podem apresentar os resultados da gestão de políticas para o turismo.

Os autores relatam suas observações realizadas durante a pesquisa, confirmando que há resultados promissores com o uso de gestão estratégica, esclarece também que um dos componentes que forma a política pública para o turismo refere-se à formação da população que trabalhará com o turismo, entendendo que com esta preparação a prestação de serviço terá qualidade, além de resguardar o local, o ambiente e a natureza que estiver envolvida no processo conforme verifica-se no Quadro 2.

Quadro 2 – Estudos sobre os resultados e contribuições sociais sobre as políticas públicas de Turismo

Tema do estudo	Autor	Ano de publicação	Resultados
Políticas sociais e ampliação da cidadania	P R Jacob	2000	Aborda as mudanças advindas das políticas públicas como a participação popular, o papel do Estado na transformação social, os impactos causados pelas políticas públicas.
Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos	C M Hall	2001	Apresenta a atividade turística como uma ação que pode reduzir as desigualdades sociais e regionais, mas também como promotora de degradação ambiental e agravamento das injustiças sociais.
Gestão social e Turismo: Ensaio sobre a gestão pública do Turismo Brasileiro	C T F de Oliveira e D M Zouain	2007	Relaciona o Turismo como uma das atividades mais promissoras das econômicas pobres, além de promover o desenvolvimento sustentável, melhorando as desigualdades sociais por meio de políticas públicas que estimulam o desenvolvimento local.
A importância da gestão pública para o desenvolvimento do turismo religioso nos	S M Beck	2013	Relata a importância das atividades de turismo no Brasil, além de considerar a atuação do poder público como fundamental para

municípios de Ibiaçá, Santo Expedito do Sul, Tupanci do Sul e Paim Filho na rota das Araucárias			direcionar, coordenar e buscar alocação de recursos e parcerias para desenvolver propostas apresentadas na elaboração das políticas de turismo.
Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país	F S Silva	2013	Programa de Regionalização do Turismo, que organiza a administração dessa atividade por meio de regiões e tem o objetivo de descentralizar, através de uma visão compartilhada e integrada, a coordenação do turismo no país, contando com ações do Planejamento Participativo e a geração de empregos.
Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá	F S Matheus e S Raimundo	2017	O estudo propõe uma análise sobre as políticas públicas para ecoturismo considerando o meio ambiente, a conscientização ambiental e os visitantes, comparando ações de políticas públicas entre o Brasil (São Paulo) e o Canadá (British Columbia).

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

A visão sobre o turismo mudou após estas iniciativas e políticas públicas, a facilidade para poder viajar com o intuito de explorar as belezas nativas ou mesmo os potenciais naturais das várias regiões brasileiras têm despertado a atenção de muitos outros países conforme esclarece Matheus e Raimundo (2017), apresentando a importância de trabalhar bem as políticas públicas para o turismo.

4.2 Classificação das políticas públicas em centralizadas/descentralizadas

As políticas públicas para turismo apareceram com evidência em 04 artigos, sendo um artigo publicado na Revista Argentina Bellaterra em 2004 sobre o título de “Descentralización, participación y competencia en la gestión social in descentralización y política sociales em America Latina” que já abordava a importância de investir em políticas públicas descentralizadas. Franco (2004) afirma que este é um passo importante para fazer o turismo crescer e consolidar no mercado.

O quadro 3 mostra de forma clara a evolução de um modelo que parte da política centralizada para a política descentralizada incluindo a proposta da regionalização com base nos manuais do Ministério do Turismo.

Quadro 3 – Políticas Públicas de Turismo centralizadas e descentralizadas

Política Pública	Órgão	Ano
Criação do Ministério do Turismo	Governo Federal	2003
Administração do Turismo	Ministério da Indústria e Comércio e pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)	2003
Programa de Regionalização do Turismo no Brasil	Governo Federal / Ministério do Turismo	2004
Integração do Setor de Turismo brasileiro	Governo Federal / Ministério do Turismo	2007
Inclusão de inclusão e acessibilidade como premissa para ações de turismo em território brasileiro	Governo Federal / Ministério do Turismo	2010

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

Ramos e Figueiredo (2009) com a pesquisa sobre “Cultura e turismo: um estudo sobre as trocas interculturais na prática turística” e Costa e Carvalho (2012) com “Gestão descentralizada do turismo no Brasil: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento” descrevem sobre os benefícios da gestão descentralizada e como

houve crescimento nos locais que já iniciaram tal prática, a forma de trabalhar com a cultura e o turismo foram esclarecidas ressaltando a rede de negócios que se forma e o aumento das pessoas beneficiadas.

Torna-se relevante citar que ambas as publicações retratam o crescimento socioeconômico ocorrido após a descentralização e regionalização do turismo, como prova que este é um caminho próspero e que as políticas públicas devem manter esse patamar de trabalho.

4.3 Identificação das vantagens da descentralização das Políticas Públicas de Turismo no Brasil

Sobre as vantagens da descentralização do turismo tem-se 03 publicações que atenderam o referido questionamento, Rejowski (2002) em “Turismo no percurso do tempo”, Ruschmann (2002) com o “Turismo no Brasil: análise e tendências” e uma publicação do Ministério do Turismo de 2012 com o título de “O turismo gerador de desenvolvimento” ressaltando a importância do turismo principalmente no desenvolvimento da economia e sócio local. No quadro 4, é apresentado um modelo gráfico de fácil visualização para identificação de tais vantagens.

Quadro 4 – Vantagens apresentadas nos estudos sobre as políticas públicas de turismo

Artigo	Autores	Ano de Publicação	Apontamentos sobre as vantagens
Turismo no percurso do tempo	M Rejowski	2002	Aumento do emprego e desenvolvimento social
Turismo no Brasil: análise e tendências	D V M Ruschmann	2002	A descentralização como vantagem competitiva para áreas menos desenvolvidas
8 - O turismo como gerador de desenvolvimento	Brasil	2012	A descentralização como vantagem competitiva para áreas menos desenvolvidas e o aumento das ofertas de emprego.

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

Segundo os estudos essa tem sido a maior vantagem da descentralização, uma vez que permite investimentos em regiões específicas e a promoção da região toda que passa a ver uma nova oportunidade de crescimento comercial, social, cultural no turismo.

Deve-se atentar para as contrapartidas que o turismo propõe, ou seja, dá a oportunidade de explorar, mas tem como premissa a conservação, a troca de cultura, o avanço e divulgação de uma riqueza nativa e próspera.

Atenta-se também as desvantagens das ações de turismo quando não há uma gestão eficiente, como as alterações nas áreas de preservação ambiental a qual quase sempre ocorre pelo descuido e falta de manutenção nos mananciais, nas florestas entre outros locais que deveriam ser totalmente preservados.

O aumento de consumo de produtos, embalagens e a falta da educação ecológica aos turistas e afins, visando promover ações de preservação ambiental e melhoria nas oportunidades de mudanças e adaptações para as gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma atividade econômica e social que ampliou seu campo de atuação no território brasileiro nos últimos vinte anos devido aos incentivos ofertados pelas políticas públicas governamentais, que visualizaram um potencial para geração de empregos e par ao desenvolvimento socioeconômico.

Verificou-se que uma das medidas de maior impacto para o crescimento foi a descentralização da administração pública no setor turístico brasileiro, dando poder de trabalho adaptado a realidade local, desta forma houve uma promoção do desenvolvimento regional e uma relevante melhoria social e econômica para os municípios.

Os trabalhos realizados para a regionalização estão ocorrendo de maneira assertiva e tem garantido inúmeros adeptos a ideia, entendo que o desenvolvimento ocorre de maneira gradativa e locais que outrora não eram conhecidos, agora passa a pertencer a alguma rota turística e observa-se o desenvolvimento local, após a adesão aos programas ofertados pelo governo federal.

O Ministério do Turismo tem investido em incentivos e projetos de expansão do turismo, principalmente em regiões com potencial hídrico, bucólico ou mesmo em regiões serranas e com matas nativas. Geralmente são locais que eram pouco explorados e que agora recebem incentivos para trabalhar o ecoturismo e o turismo para o interior.

O Brasil mantém um grande potencial para ser explorado e estava sem ações, desta forma iniciaram os trabalhos com políticas públicas efetivas e que já refletiram na visão socioeconômica dos municípios do interior, favorecendo comunidades inteiras, valorizando a cultura e o saber das cidades turísticas.

Sugere-se para pesquisas futuras analisar o impacto da pandemia covid 19 no turismo de municípios interioranos e como estão as condições socioeconômicas dos mesmos, e como estão se reinventando para não perder a essência. Uma proposta interessante é dar continuidade, haja vista, que a regionalização se tornou mais forte em função do novo cenário.

REFERENCIAS

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2003.

BECK, S. M. **A importância da gestão pública para o desenvolvimento do turismo religioso nos municípios de Ibiacá, Santo Expedito do Sul, Tupanci do Sul e Paim Filho na rota das Araucárias-** AMUNOR. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/170/Beck_Susane_Moreira.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 02 nov. 2019

BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

BRASIL. Confederação Nacional de Municípios – CNM Turismo: **o Turismo como gerador de desenvolvimento** – Brasília: CNM, 2012.

_____. MTUR, Ministério do Turismo. **Lei do Turismo**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/legislacao_geral/ . Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. MTUR, Ministério do Turismo. **Regionalização do Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 02 de nov. 2019.

_____. MTUR, Ministério do Turismo. **PRODETUR**. Disponível em http://www.prodetur.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=123&Itemid=300. Acesso em 05 de agosto de 2021.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Diretrizes**. Brasília: Ministério do Turismo, 2019. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/mtur-cartilha-promocional-final.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2021.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de políticas públicas**. 2018.

COSTA, S. R.; CARVALHO, C. M. B. **Gestão descentralizada do turismo no Brasil: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento nacional**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia para a Sustentabilidade. Artigo disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/53816742.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2021.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto. 2001

DE OLIVEIRA, C. T. F.; ZOUAIN, D. M. **Gestão social e Turismo: Ensaio sobre a gestão pública do Turismo Brasileiro**. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1156_Artigo_SEGET-turismo_e_Gestao_Social.pdf. Acesso em: 02 nov.2019

DE OLIVEIRA GARCIA, R. K.; ASHTON, M. S. G. **Gestão Pública em Turismo: a necessidade de uma visão estratégica para o planejamento e a condução da atividade turística de forma sustentável**. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/142.pdf>. Acesso em 02 nov. 2019

FRANCO, R. **Descentralización, participación y competencia en la gestión social In Descentralización y políticas sociales en América Latina** . Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

JACOBI, P. R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. **Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 11, n. 3, p. 454-479, 2017.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. 2001.

RAMOS, K. V.; FIGUEIREDO, A. M. L. **Cultura e turismo: um estudo sobre as trocas interculturais na prática turística**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Artigo disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19468.pdf>. Acesso em 06 de agosto de 2021.

REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). O estudo da política. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. Barueri, SP.: Manole, 2002.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, v. 1, 2016.

SILVA, F. S. **Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf> . Acesso em 06 de abril de 2020.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, Dec.2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso . Acesso em 06 abril de 2020.

TENÓRIO, F. G. **Escorços sobre gestão pública e gestão social**. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos, PIERANTI, Octavio Penna (org). Estado e gestão social: visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.